

jornal da tar

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Costanzo Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PAL)



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCI
(1927 - 1969)

A negociação que não ia tão bem quanto se dizia

Nesta semana, altos funcionários do Banco Mundial estiveram — e estão ainda — aqui, em São Paulo, em úteis trocas de idéias com empresários do setor privado sobre as perspectivas que se abrem — ou se fecham — para o Brasil da “transição” e da “nova” República. E ficamos sabendo que o que eles pensam, afinal, é muito parecido com aquilo que pensam todos os brasileiros razoavelmente lúcidos que vivem, circulam e trabalham no Brasil real e não podem resolver seus problemas redigindo um artigo qualquer, para figurar num título qualquer, de qualquer capítulo da nova Constituição. Esses brasileiros, que constituem a esmagadora maioria da população ativa do País, vivem, neste momento, num estado de espírito que pode ser definido como de perplexidade: diante do espetáculo de irresponsabilidade explícita encenado todos os dias no recinto da Assembleia Nacional Constituinte, e diante da crise ciclópica que vai abalando as estruturas do Estado brasileiro, nenhum deles sabe o que vai acontecer amanhã com este país, embora nenhum deles, ou muito poucos, acredite que os constituintes conseguirão abrir uma cova de tamanho suficiente para que o Brasil caiba dentro dela.

A grande maioria tem certeza de que todos os esforços dos constituintes para dilapidar um patrimônio que levamos 166 anos de vida independente construindo, serão baldados e confiam em que todo o Brasil passará tranqüilamente por cima do documento que eles estão elaborando para chegar, sem maiores demoras, ao seu destino de Nação próspera, livre e justa, capaz de se equiparar a essas nações que hoje são o modelo da modernidade. Neste ponto eles divergem dos homens do Banco Mundial. É que estes, embora conhecendo tão bem quanto nós as potencialidades da economia brasileira, não têm a mesma confiança no futuro do País. Para eles o Brasil se encontra numa encruzilhada decisiva da sua trajetória histórica, podendo tanto superar as dificuldades deste momento para entrar no convívio com a modernidade, quanto entrar no mesmo processo de retrogradação (andar para trás) em que está mergulhada a Argentina há pelo menos duas décadas. Isso, ou pior do que isso: eles acreditam que o Brasil corre o risco de ir em direção a uma “lenta desintegração” tanto econômica quanto política. O ajuste econômico, dizem eles, virá de qualquer forma. Requer paciência, tempo e persistência. Mas se não houver paciência e persistência, poderá vir “por meios catastróficos”.

É essa avaliação da situação brasileira, que é válida para outros países endividados da América Latina, que levou o Banco Mundial a advertir, em recente relatório, os banqueiros privados que são nossos credores sobre suas responsabilidades pela futura evolução da problemática econômica, social e política dos países endividados.

No caso específico do Brasil, acabamos de ver uma demonstração concreta da oportunidade dessa advertência. Ao contrário do que nos fez crer o otimismo um tanto prematuro do ministro Mafson da Nóbrega, as negociações com os credores privados não vão tão bem como parecia. É fácil entender que a avaliação dos banqueiros privados sobre a realidade política do Brasil de hoje seja semelhante a do Banco Mundial. Quando eles pretendem condicionar a liberação dos empréstimos já acertados à inclusão de uma cláusula de penhora nos acordos com o Brasil e à vinculação dos novos empréstimos ao cumprimento do acordo com o FMI, eles estão apenas dizendo que não têm maior confiança na evolução da situação política do Brasil do que o Banco Mundial. Eles não sabem nem por quanto tempo Mafson da Nóbrega será ministro, nem o que virá depois dele.

Afinal, trata-se de banqueiros, e não de grandes estadistas. E o que os move é o interesse imediato e particular e não a percepção inteligente de um futuro um pouco mais distante que justificaria plenamente o risco de contribuir com maior generosidade para que esse futuro se tornasse menos distante.

Para os empresários brasileiros que ouviram e debateram com os homens do Banco Mundial, o que está acontecendo de mais importante neste momento no Brasil, o que vai determinar o rumo a ser seguido a partir da encruzilhada em que estamos estacionados, é a orientação da política financeira e econômica do governo por dois ministros capazes e eficientes que não estão contaminados pela burrice nacional (ista) institucionalizada, que vai colocando no papel do projeto de Constituição a sentença de morte para a economia nacional. É o esforço honesto, ainda que carente de maior vigor político, para sanear as finanças públicas, agora complementado por uma nova política industrial que tem tudo para marcar o início da arrancada definitiva do Brasil para a modernidade. Quanto à sentença de morte para a economia nacional que está sendo lavrada na Constituição, nenhum desses brasileiros — que representam a continuidade de um esforço de 166 anos de vida independente que fez do Brasil aquilo que os constituintes querem que ele deixe de ser (a oitava economia do mundo ocidental) ela poderá ter o efeito de um tiro pela culatra. Não há espaço na sociedade brasileira para o convívio entre a mentalidade que está presidindo a elaboração da nova Constituição e a mentalidade que fez do Centro-Sul brasileiro um país plenamente desenvolvido que tem tudo para anexar, em pouco tempo, o Brasil subdesenvolvido aos seus padrões econômicos.

Para o tipo de brasileiro que esteve em contato com os homens do Banco Mundial quem está sentenciado à morte neste país é quem está tentando pela letra da lei constitucional, destruir o patrimônio construído em um século e meio de trabalho: os políticos, que estão completamente dessintonizados com o Brasil novo que já surgiu sem que eles se dessem conta, e que nada tem a ver com a “nova” República.

É lamentável, embora compreensível, que os nossos credores privados tenham dúvidas sobre isso. Na sua visão pequena das coisas eles não estão percebendo que nunca correram tanto risco no Brasil quanto agora: o risco de derrotar os esforços do ministro Mafson da Nóbrega para tornar o Brasil um país digno da confiança dos brasileiros e dos estrangeiros, e digno de respeito. Hoje, quem está com um sorriso vitorioso nos lábios neste país, com a notícia do impasse nas negociações da dívida, são os mais expressivos espécimes do museu de arqueologia política nacional, tais como os tabeladores de juros, os reservadores de mercado, os escorraçadores do capital estrangeiro e os que têm como modelo único de empresa nacional aquela que está permanentemente em concordata, que não paga os empregados, não recolhe impostos porque tem pistola junto aos governantes, e nem as contribuições para fundos sociais, mas que consegue empréstimos em bancos oficiais porque tem um representante no Congresso Nacional.

Seria do mais alto interesse dos banqueiros que têm créditos a receber do Brasil que nos ajudassem, e ao ministro Mafson da Nóbrega, a enterrar definitivamente esses fósseis, para que o Brasil continue.